

1. OCUPAÇÃO E SÍNTESE DA DINÂMICA DA PECUÁRIA NA AMAZÔNIA E NO PARÁ – CONTEXTO DA INSERÇÃO DO GRUPO BERTIN

No primeiro capítulo do presente trabalho, procura-se entender as causas do fortalecimento da pecuária na Amazônia e a importância do Estado do Pará neste processo. Avaliam-se a situação atual, as taxas de crescimento entre 1990 e 2004 e os principais determinantes da expansão da pecuária no Estado, em especial na sua porção sudeste. Incluem-se também nessa síntese alguns indicadores gerais da distribuição territorial da pecuária, de maneira a situar a produção estadual frente à nacional.

Dessa maneira, reúnem-se na síntese elementos amplos e emblemáticos para dar um contexto geral da exploração da pecuária na Amazônia e no Pará. Os mesmos servirão de base para o entendimento dos efeitos e impactos da inserção do Grupo Bertin na cadeia pecuária associada.

A elaboração da referida síntese se apóia na bibliografia existente e nas informações levantadas *in loco*, em diversas instituições em Belém e na região de Marabá, onde foram realizadas conversas e entrevistas, procurando extrair um quadro analítico de apoio, de orientação e balizamento ao aprofundamento do estudo.

A análise da dinâmica do avanço da fronteira de ocupação na Amazônia, a incorporação de novas áreas e a sua integração à economia local-regional-nacional têm suscitado inúmeros estudos e pesquisas de variadas instituições públicas e privadas.

Vários trabalhos têm trazido contribuições a esse entendimento, associando as causas principais do desmatamento à força da pecuária, entre outras atividades intensivas no uso de recursos naturais. Esclarecem, além do mais, as motivações e contornos da ocupação territorial das frentes pioneiras de penetração sobre áreas com cobertura florestal preservada, assim como a animação desse processo e a interação social entre seus agentes.

Assim, sob essa perspectiva, passa-se a sintetizar os aspectos relevantes envolvidos nos processos de ocupação e de expansão, bem como prospectar sobre possíveis fatos portadores de futuro. Vale salientar que se trata, nesse primeiro momento, de uma abordagem mais geral que particular, identificando os elementos estruturais que formatam a dinâmica do processo de ocupação da Amazônia e do Estado do Pará pela exploração da pecuária.

1.1. BREVE HISTÓRICO DA DINÂMICA DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA – A CHEGADA DA PECUÁRIA

As pesquisas e análises feitas sobre o papel das políticas públicas e sobre a dinâmica de ocupação da Amazônia nas últimas quatro décadas têm sido reveladoras da configuração produtiva da economia regional, do seu ritmo de crescimento e dos efeitos que provocam sobre os recursos naturais.

A Amazônia, até meados da década de sessenta, permaneceu com reduzida capacidade de sustentação econômica para as atividades agropecuárias. O elevado custo de

transporte e as demais dificuldades para a exploração econômica (infra-estruturas, mercados consumidores, assistência técnica, etc.) inviabilizavam a sua ocupação.

No ano de 1970, a área desmatada na Amazônia era de apenas 3,0% de sua área total, sendo 0,3% deste total ocupado com lavouras, 0,7% com pastos, e os restantes 2,0% eram áreas inutilizadas ou em descanso (Margulis, 2003).

A partir de meados da década de sessenta e, principalmente, a partir dos anos setenta, a ocupação da Amazônia passa a ser percebida pelo governo militar da época como solução para as tensões sociais internas vividas no país, decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste por uma agricultura mais moderna. A partir daí, sinaliza-se o planejamento regional da Amazônia, ainda que de forma pouco estruturada.

Em 1966, o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) se transformou no Banco da Amazônia S.A. (BASA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) tornou-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O BASA e a SUDAM foram os dois instrumentos financeiros do governo brasileiro para desenvolver atividades agropecuárias na região (Veiga et. al., 2003; Becker, 2001).

A despeito dessas novas e modernas instituições, o projeto geopolítico para a Amazônia apoiou-se, sobretudo, em estratégias territoriais que deram início a ocupação regional, sem incluir qualquer discussão ambiental ou como se daria a apropriação de seus recursos naturais. As principais estratégias, segundo Becker (2001), citando Becker (1990), foram:

- *Implantação de redes de integração espacial* – rede rodoviária (cerca de 12.000 km de estradas foram construídas em menos de cinco anos), rede de telecomunicações comandada por satélite, rede urbana e rede hidroelétrica.
- *Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios*. A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, por meio de bancos oficiais, particularmente, o Banco da Amazônia S.A. (BASA). Por outro lado, induziu-se a migração por meio de múltiplos mecanismos, inclusive projetos de colonização.
- *Superposição de territórios federais sobre os estaduais*. A manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade. Com essa estratégia, o governo federal passou a controlar a distribuição de terras, adquirindo grande poder de barganha e dificultando o planejamento do Governo do Estado.

As medidas implementadas pelo governo militar constituíram-se efetivamente no ponto de inflexão das características até então observadas. A atividade agropecuária passa a ser viável, com o que se introduz o elemento dinamizador e acelerador da velocidade de ocupação. A ainda inexistente infra-estrutura econômica, associada à baixa densidade demográfica, implicou preços de terra reduzidos, quando não cedidos gratuitamente pelo Estado, gerando estímulos para sua articulação ao resto do país.

Vários tipos de colonização, diferindo no tipo de atuação por parte do INCRA, foram previstos para a Amazônia.

- Na região do entorno da Rodovia Transamazônica, o objetivo do INCRA era de instalar oficialmente 100.000 famílias até 1974 e 1.000.000 de famílias até 1980 ao longo dos 5.400 quilômetros de extensão da rodovia. Prevaleceram na região os Projetos Integrados de Colonização (PIC), através dos quais foram distribuídos lotes de 100 hectares para pequenos colonos ao longo da estrada e das suas vicinais ou travessões, construídos a cada 5 km, tanto no sentido norte como no sul.

- No entanto, a colonização não foi estruturada para a ocupação apenas de pequenos produtores. No Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Altamira, por exemplo, havia discriminação diferenciada: i) o trecho aberto a oeste desta cidade era destinado essencialmente aos estabelecimentos familiares; ii) a leste, salvo nas imediações da rodovia, todo o espaço era reservado aos grandes pecuaristas ou às grandes empresas agrícolas, em lotes de 500 (quinhentos), 1000 (mil) ou 3000 (três mil) hectares.

Cabe destaque ao modelo de colonização adotado na região de Marabá, onde se situa o Frigorífico, pois aí ocorreu a chamada colonização espontânea, na qual os próprios migrantes demarcavam seus lotes, pessoalmente escolhidos depois de um reconhecimento do meio, freqüentemente em florestas privatizadas.

Nessa região concentra-se o maior número de assentamentos rurais do Brasil, abrigando, segundo estudos da USP/MDA/FAO¹, cerca de 60 mil famílias, em sua maioria ex-possesores de terras, distribuídos em aproximadamente 366 projetos de assentamento. Destacam-se, com a maior quantidade de assentamentos, os municípios de Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São João.

A dinâmica de ocupação induzida pelo Estado transformou profundamente a região da Amazônia, e o Pará em particular, deslocando as populações tradicionais que viviam dos produtos da floresta, tais como a castanha do Pará, a seringa e a pesca, para um novo modelo de desenvolvimento regional. Tamanho foi o impacto dos fluxos migratórios para esta região de Marabá que, atualmente, aí não se encontram comunidades tradicionais.

Conforme informações do Sr. Atanagildo de Deus Matos (conhecido como "Gatão"), atual diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN),²: *"as populações tradicionais do Sudeste e Sul do Pará foram dizimadas pelo modelo produtivo implementado no Estado nas últimas décadas. Os pescadores ribeirinhos e outros habitantes que viviam dos produtos da floresta estão, atualmente, trabalhando com agricultura e gado e vêem, dia a dia, migrantes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste (destaque ao Maranhão), somarem-se às suas misérias. Esses migrantes chegaram para trabalhar no garimpo, nas carvoarias, nas serrarias ou para aumentar as filas dos que buscam um lote de terra dos projetos de assentamento"*.

Uma experiência que se destaca das demais é a do Projeto de Assentamento Agro Extrativista Praia Alta Piranhiera, no município de Nova Ipixúna, no Pará. Apesar de ser formado por migrantes, e não pelo que se convencionou chamar de "populações tradicionais", está instalado em uma área de mata nativa, com produção de castanha, cupuaçu, produtos da floresta e criação e manejo de animais silvestres, tais como catitis, pacas e jacarés, por exemplo. Esse assentamento vem sendo assistido por cooperativas de prestação de serviços técnicos, pela Universidade Federal do Pará – UFPA e por outras associações comunitárias e movimentos sociais.

A implantação do modelo de ocupação por meio da colonização dirigida e espontânea trouxe, ainda, reflexos negativos sobre muitas das áreas indígenas no Estado do Pará. Estas áreas ainda sofrem com investidas sobre as suas terras, a despeito do reconhecimento de seus limites, em flagrante contradição com as disposições constitucionais, gerando, com isso, um clima de tensão e muitas vezes de conflitos conforme se verá mais adiante neste trabalho.

¹ Veiga, I.P.; Santos, A.D. dos Sousa. Perfil da Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores familiares e Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil, Relatório técnico, Convênio MDA / FAO – Projeto UTF / BRA /057 / BRA, Brasília, DF, 2003.

² Em entrevista realizada em 25/05/2006.

Ainda na fase de planejamento da ocupação da Amazônia, a pecuária foi considerada atividade apropriada para colonizar a região, dado que ocupa grandes extensões de terra sem a necessidade de um forte capital humano.

Assim, enquanto a agricultura familiar desenvolvia-se baseada em sistemas de produção diversificada, as grandes propriedades concentravam-se na criação de gado (Piketty et. al., 2005).

A partir de 1974, contudo, com o início do governo Geisel (1974-1979), as atenções para o processo de colonização da Transamazônica foram diminuindo e, conseqüentemente, a assistência técnica aos colonos foi deixada em segundo plano, bem como o apoio a saúde.

Em mais da metade dos lotes de assentamento houve desistência da exploração agrícola por parte dos colonos, devido, entre outros fatores, às dificuldades de escoamento, aos baixos preços de produtos e à incidência da malária e de outras doenças (Hebette, 1988, p.39). Esses fatos contribuíram para o início de um processo de concentração de terras, em que um proprietário passava a adquirir as terras que iam sendo abandonadas pelos colonos. Parte desses colonos avançava em novas áreas, conformando o chamado desmatamento por vizinhança.

Nas três décadas seguintes (1970-2000), com a expansão expressiva da malha rodoviária, o processo de ocupação intensificou-se, deixando a Amazônia de ser o vazio demográfico do início dos anos setenta, não obstante ainda permanecer com densidades típicas de fronteira em função da grande extensão territorial (ver tabela a seguir).

Tabela 1. 1 - População total e densidade demográfica em diversos anos na região norte do Brasil³

Ano	População	Densidade Demográfica
1900	1.390.224	0,39
1920	2.878.104	0,80
1940	3.090.028	0,86
1950	3.893.351	1,09
1960	5.531.524	1,55
1970	7.207.358	2,02
1980	11.761.412	3,29
1991	19.141.249	5,35
2000	24.631.209	6,89

Fonte: Censo Demográfico, IBGE.

³ Abarca grande parte da Amazônia Legal. Os Estados que fazem parte desta região são: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O avanço da fronteira econômica no país estruturou-se de forma a permitir a articulação comercial da região ao mercado nacional e às demandas de expansão de suas estruturas produtivas, articulada à economia do Centro-Sul do país.

Esse processo significou a conversão para uso agropecuário de cerca de 600 mil quilômetros quadrados de florestas, cuja integração, via apropriação privada das terras, nem sempre se deu de forma legal, problema ainda hoje vivenciado de modo significativo (Margulis, 2003).

Embora a pecuária não fosse considerada apropriada às pequenas propriedades, no fim dos anos 80 a agricultura familiar também começa a se incorporar à criação de bovinos. Nos anos 90, cerca de 80% das áreas desmatadas da Amazônia foram ocupadas com pastagens (Piketty et. al., 2005).

Assim, os Estados mais envolvidos nas políticas desenvolvimentistas, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados à pecuária, à mineração e à exploração madeireira, bem como os mais bem aquinhoados geologicamente, são pertinentemente os que hoje têm cobertura florestal mais reduzida. Isso é válido para o Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso.

As políticas federal e estadual sob essa orientação acabaram por alimentar a emergência de grandes questões sociais e ambientais, entre elas, as tensões e conflitos violentos em torno da posse da terra, que se arrastam desde os anos setenta; o avanço das frentes de devastação da floresta com impactos sobre os cursos d' água, o solo e o ar, e outras conseqüências pertinentes, além da negação à legislação trabalhista, constatando-se situações de exploração de trabalho forçado, não remunerado.

Não obstante a redução drástica das políticas desenvolvimentistas e dos incentivos fiscais no final dos anos oitenta, o ritmo do desmatamento não arrefeceu, tendo, inclusive, aumentado sistematicamente a partir de 1996, demonstrando que a dinâmica do processo de ocupação tornara-se autônoma (Margulis, 2003).

Outros fatores, como mudanças tecnológicas e gerenciais das atividades pecuárias, impulsionadas pela pecuária de média e grande escala, assim como as condições geológicas da região, permitindo redução de custos e aumento de produtividade, explicam a autonomia e o incremento do desmatamento.

Contribuíram, ainda, para tanto, a exploração madeireira predatória, os assentamentos recentes de reforma agrária, as atividades mineradoras, a pressão da agricultura no Estado do Mato Grosso, que desloca a pecuária para o norte, e a melhoria de infra-estruturas (plano de pavimentação da BR163, por exemplo).

De fato, por muito tempo argumentou-se que a pecuária não era uma atividade economicamente viável na Amazônia e que sua implementação e crescimento na região ocorreu apenas em função dos incentivos governamentais (Hecht, 1986 e Schneider et. al., 2000 citados por M.G.Piketty et. al., 2005). O grande e constante crescimento da atividade pecuária, após a redução dos incentivos, demonstra que esse mecanismo não procede, pelo menos nos dias atuais. Piketty et. al. (2005), após extensivas pesquisas bibliográfica e de campo, concluíram que os principais motivos que levam os produtores a optarem pela exploração pecuária na Amazônia são:

- A existência segura de mercados e cadeias produtivas bem organizadas, reforçado, na região da Transamazônica, pela ausência de mercado para produtos agrícolas;
- A segurança proporcionada pela criação bovina em função da liquidez e de seu papel de "poupança". Ainda que os preços do gado não sejam muito elevados, a pecuária permite um retorno seguro e rápido. E no caso em que a venda não se realize rapidamente, o produtor pode manter o animal sem sofrer qualquer perda significativa, resultando em uma forma de poupança;

- A experiência prévia com a atividade e a tradição. A maioria dos grandes produtores provém de famílias com tradições agrícola e pecuária, enquanto que os agricultores familiares, em grande parte, já haviam trabalhado em fazendas de gado antes de instalar-se na região;
- A eficácia na implementação e no manejo das pastagens de capim-braquiário (*Brachiaria brizantha*), que garante uma boa qualidade do pasto e resistência contra espécies invasoras; e,
- A alta produtividade de pastagem advinda do processo de mineralização de nutrientes da floresta.

Enquanto estes autores destacam esses fatores para explicar a motivação do produtor da Amazônia por optar pela exploração da pecuária frente a outras atividades, Arima et. al. (2005) apontam como as principais causas do crescimento recente da pecuária na região:

- O baixo preço da terra; e,
- A maior produtividade das pastagens e, conseqüentemente, a maior lucratividade quando comparada a outras regiões do país.

Além disso, estes autores afirmam que na região norte do país os produtores se beneficiam:

- De créditos mais favoráveis, por meio do Fundo Constitucional do Norte – FNO; e,
- Da baixa aplicação do código florestal, o que dá margem à exploração ilegal de madeira que, por sua vez, se constitui em uma fonte de renda adicional.

Nesse contexto, a pecuária impõe-se no uso e ocupação do solo da Amazônia, com maior importância em alguns Estados do que em outros e, particularmente, no Pará em sua porção sudeste.

Além da força da pecuária, dados todos os determinantes comentados, agregam-se vantagens locacionais de natureza estrutural para encadear-se com frigoríficos e outras atividades produtivas associadas, densificando-se fortes relações de produção e contribuindo assim para a formação de cadeias produtivas, com diversos elos preenchidos.

Instala-se em regiões preferenciais do Estado um capital físico produtivo, representado por frigoríficos de porte médio e grande, por infra-estrutura econômica de apoio, e por outras atividades complementares, tanto no segmento industrial como no comércio e serviços.

Com essa cadeia multi-nucleada, internalizam-se de forma crescente segmentos importantes da cadeia pecuária, implicando efeitos multiplicadores totais importantes para o incremento das atividades produtivas, conforme adiante explicitado.

1.2. MIGRAÇÃO PARA O NORTE E A CONSOLIDAÇÃO DA PECUÁRIA NA AMAZÔNIA

Como se comentou até a década de cinquenta, a pecuária, sem expressão alguma, desenvolveu-se nos campos de pastagens nativas e de várzeas inundáveis em algumas poucas regiões do Estado do Pará.

Com a implementação dos grandes planos governamentais na Amazônia nas décadas de 60 e 70, a região começa a se integrar ao centro sul do país. A pecuária, considerada uma atividade adequada para colonizar a região, passa a ser cada vez mais introduzida em áreas aptas com condições assegurar um bom desempenho.

A distribuição territorial da pecuária é de crucial importância para se entender a dinâmica da pecuária quer do ponto de vista setorial, quer espacial.

Entre os anos de 1990 e 2004, o rebanho bovino se expandiu na Amazônia Legal a uma taxa média anual de 7,4%, cujo ritmo de evolução foi cerca de três vezes maior que o observado para o Brasil como um todo, da ordem de 2,4% (IBGE). Nesse período, o crescimento do rebanho brasileiro foi de 39,0%, com seu efetivo bovino passando de 147,1 milhões para cerca de 204,5 milhões de cabeças.

É relevante notar que deste incremento, da ordem de 57,4 milhões de cabeças, 40,7 milhões delas concentraram-se nos Estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, de forma que estes Estados foram responsáveis por 70,9% do crescimento do rebanho brasileiro no período. Mato Grosso e Pará, com 10,4% do rebanho em 1990, eram os principais produtores da Amazônia, situação essa confirmada em 2004 quando apresentaram uma participação ainda mais expressiva, com 21,2% do rebanho bovino brasileiro (ver tabela 1.2).

Em termos relativos, Rondônia foi o Estado que apresentou maior crescimento do rebanho bovino no período analisado, seguido pelo Mato Grosso e pelo Pará conforme pode ser visto no gráfico 1.2. No entanto, em termos de contribuição ao crescimento (crescimento absoluto), cabe destaque aos Estados do Mato Grosso e do Pará, que responderam, respectivamente, por 29,4% e 19,6% do crescimento total (ver tabela 1.2). Ou seja, dos 57,4 milhões de cabeças acrescidas no País neste período, 16,8 milhões localizaram-se no Mato Grosso e 11,2 milhões no Pará.

Tabela 1. 2 - Efetivo bovino no Brasil e Estados da Amazônia Legal, em milhares de cabeças de gado, 1990 e 2004 e respectivas taxas de crescimento.

Brasil e Unidade da Federação	Ano				Incremento absoluto	Taxa de Crescimento Total	Taxa Anual de Crescimento	Contribuição ao Crescimento
	1990 (n)	1990 (%)	2004 (n)	2004 (%)				
Acre	400,1	0,27%	2.062,7	1,01%	1.662,6	415,56%	12,43%	2,90%
Amapá	69,6	0,05%	82,2	0,04%	12,6	18,13%	1,20%	0,02%
Amazonas	637,3	0,43%	1.156,7	0,57%	519,4	81,50%	4,35%	0,90%
Maranhão	3.900,2	2,65%	5.928,1	2,90%	2.028,0	52,00%	3,04%	3,53%
Mato Grosso	9.041,3	6,15%	25.919,0	12,67%	16.877,7	186,67%	7,81%	29,40%
Pará	6.182,1	4,20%	17.430,5	8,52%	11.248,4	181,95%	7,69%	19,59%
Rondônia	1.718,7	1,17%	10.671,4	5,22%	8.952,7	520,90%	13,93%	15,59%
Roraima	0,0	0,00%	459,0	0,22%	459,0	n/a	n/a	0,80%
Tocantins	4.309,2	2,93%	7.924,5	3,87%	3.615,4	83,90%	4,45%	6,30%
MT+PA+RO+TO	21.251,2	14,45%	61.945,5	30,29%	40.694,3	191,49%	7,94%	70,88%
Amazônia Legal	26.258,4	17,85%	71.634,3	35,03%	45.375,9	172,81%	7,43%	79,04%
Demais Estados	120.843,9	82,15%	132.878,5	64,97%	12.034,5	9,96%	0,68%	20,96%
Brasil	147.102,3	100,00%	204.512,7	100,00%	57.410,4	39,03%	2,38%	100,00%

Fonte: IBGE, PPM 1990 e PPM 2004.

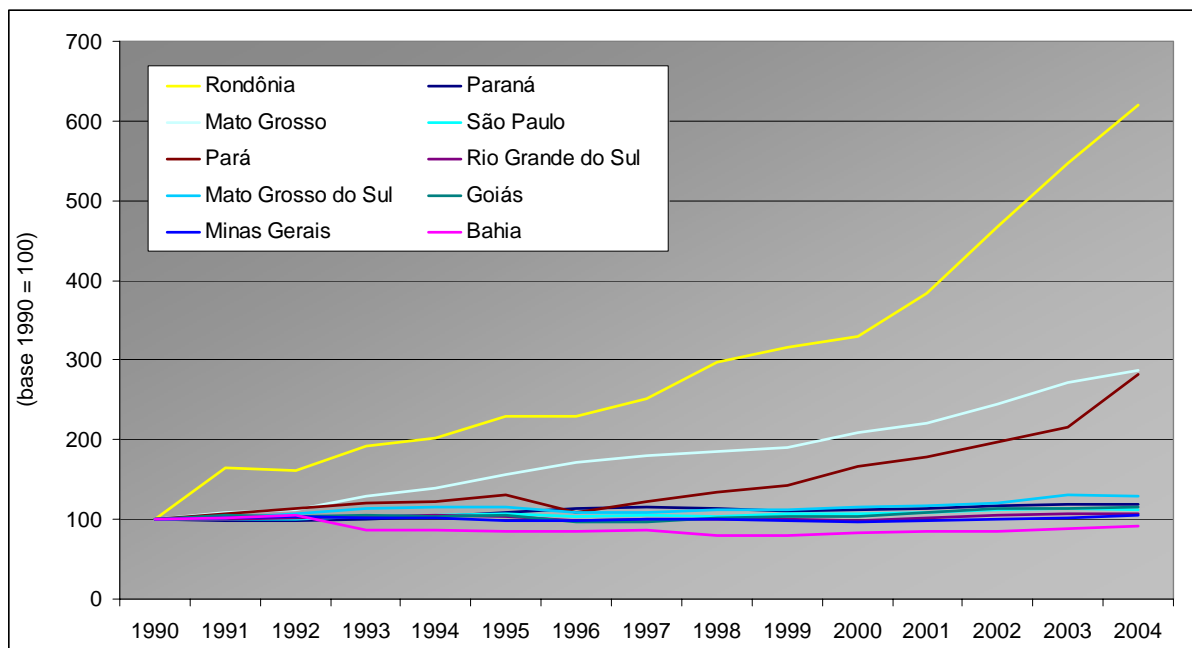
Entre os 10 Estados com maior produção pecuária do Brasil, observa-se que, excetuando os três Estados mencionados, todos os demais apresentaram tendência praticamente constante com relação ao tamanho do rebanho. Ou seja, entre 1990 e 2004, ao contrário do Pará, Mato Grosso e Rondônia, estes outros Estados não assistiram a um crescimento significativo de seus rebanhos bovinos.

Nesse contexto, em 2004 o Estado do Mato Grosso passou a ter o maior rebanho bovino do país, com quase 26 milhões de cabeças, enquanto que o Pará passou a ocupar a posição de quinto maior estado produtor de gado bovino no Brasil, com cerca de 17,5 milhões (ver gráfico 1.2).

Os números observados na tabela 1.2 balizam a dinâmica do direcionamento da pecuária no país, oferecendo clara sinalização do movimento em direção a alguns estados da Amazônia Legal. Os mapas 1.1 e 1.2 mostram graficamente esta alteração no padrão locacional da pecuária no Brasil entre 1990 e 2004.

Os diversos fatores explicativos das razões desse movimento serão melhor explorados na seqüência do trabalho, focando, entre outros, o baixo custo da terra, o mercado, as motivações empresariais, os investimentos em infra-estrutura de transporte, a expansão da soja em detrimento da pecuária em alguns estados, transferindo a carga de expansão dessa atividade para a Região Norte do país, dando-se maior atenção ao Estado do Pará e sua porção sudeste.

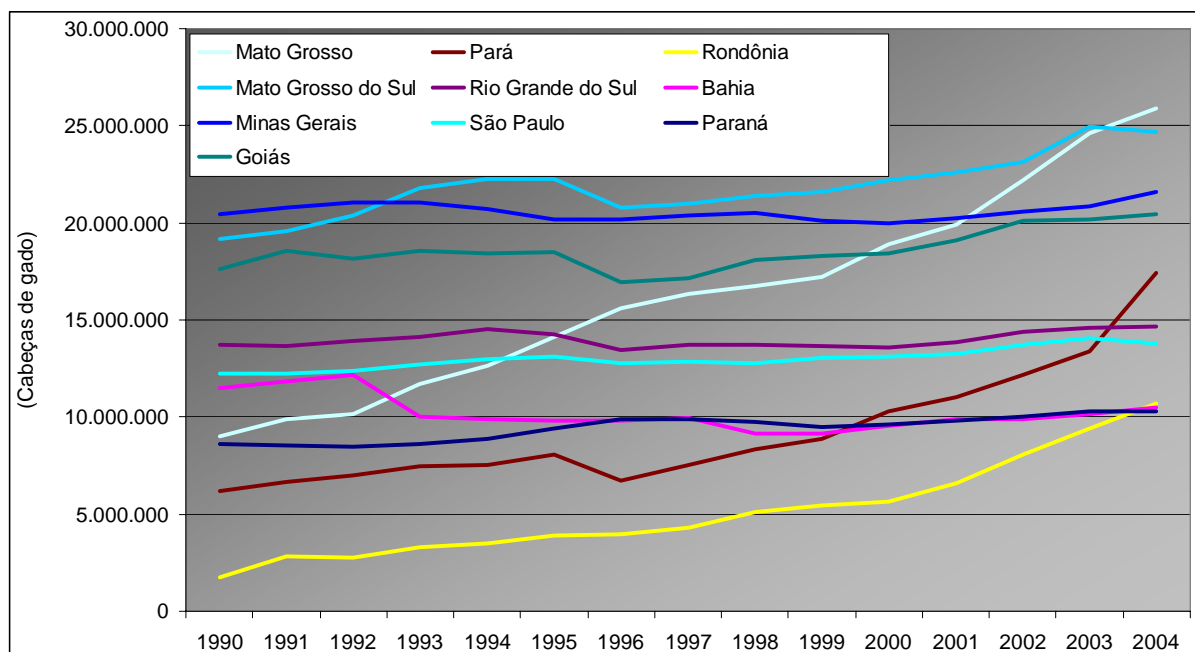
Gráfico 1. 1 - Evolução do efetivo bovino nos 10 Estados maiores produtores do Brasil, 1990 – 2000 (base 1990 = 100).



Fonte: IBGE, PPM.

Elaboração: ARCADIS Tetraplan.

Gráfico 1. 2 - Evolução do efetivo bovino nos 10 Estados maiores produtores do Brasil, 1990 – 2000 (em número de cabeças de gado).



Fonte: IBGE, PPM.

Elaboração: ARCADIS Tetraplan.

Mapa 1.1 - Distribuição do rebanho bovino por microrregiões do Brasil, 1990.



Fonte: IBGE, PPM 1990.

Elaboração: ARCADIS Tetraplan

Mapa 1.2 - Distribuição do rebanho bovino por microrregiões do Brasil, 2004.



Fonte: IBGE, PPM 1990.

Elaboração: ARCADIS Tetraplan



As características de natureza estrutural que marcaram a evolução da ocupação na Amazônia, em geral, e no Pará, em particular, com destaque à sua porção sudeste, apontam um novo ciclo na direção desse subespaço peculiar que, como se discutirá ao longo do trabalho, passa por transformações rumo à consolidação de uma cadeia produtiva.

Cada vez mais, procura-se otimizar as relações de compra e venda entre os integrantes da cadeia, definindo-se patamares mínimos de entrada na cadeia, quer para o frigorífico, quer para seus fornecedores. Neste sentido, impõem-se índices de desempenho ótimos que as pequenas propriedades não conseguem acompanhar, tendo que viabilizar-se em outros segmentos produtivos.

1.3. O DEBATE ATUAL E OS MODELOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

A região da Amazônia brasileira assiste na entrada do século XXI a um debate profundo acerca do seu futuro e do modelo de desenvolvimento mais desejável, considerando-se suas potencialidades e sua riqueza natural, suas necessidades locais e suas funções globais, bem como suas fragilidades e vulnerabilidades.

Se, por um lado, a ocupação inicial planejada pelos militares, baseada na construção de infra-estruturas e na exploração em grande escala dos recursos naturais – potencialidades minerais, hídricas e exploração agropecuária –, permitiu à região norte do país crescer economicamente e ser povoada, por outro lado, se transformou em si mesma em uma ameaça à própria base de sustentação destas atividades, quais sejam, seus recursos naturais.

A construção de barragens para o aproveitamento hidroelétrico, da malha de transportes, a consolidação da indústria e da agropecuária, entre outras atividades, ao mesmo tempo em que se reduzia paulatinamente o investimento estatal e chegavam grandes contingentes de imigrantes, provocaram, em uma região institucionalmente ainda frágil e carente de governança, uma ocupação do território e um avanço sobre a frente pioneira de floresta descontrolados.

Dessa forma, grande parte da floresta foi derrubada – cerca de 600 mil quilômetros quadrados de florestas foram convertidos para uso agropecuário, conforme já se mencionou –, com importantes conseqüências para a biodiversidade local, as comunidades indígenas e as populações tradicionais que ali habitam ou habitavam.

Tudo isso, aliado ao avanço no entendimento sobre as questões ambientais e à crescente constatação de que alguns serviços ambientais já foram comprometidos além da capacidade desejável para a manutenção do equilíbrio global, tem suscitado grande discussão em âmbito nacional e internacional sobre qual o papel da Amazônia para o contexto brasileiro e para o equilíbrio ecológico global. Mais do que isso, no centro do debate está a discussão sobre quais os valores que devem ser levados em conta nas tomadas de decisões e, conseqüentemente, qual o modelo de desenvolvimento que deve ser perseguido na região.

A Amazônia detém uma riqueza de recursos naturais que nem sempre são possíveis de serem traduzidos em riqueza monetária. Existe uma grande diversidade biológica que pode ser valorada economicamente, já que faz parte de mercados formais como alimentos, perfumes, fármacos ou móveis, por exemplo. Igualmente, para mencionar outro exemplo, serviços ambientais como a conservação e fixação dos solos podem ser valorados monetariamente à medida que sua perda provoca custos quantificáveis na produção agrícola.

No entanto, existe uma série de outros valores que não são quantificáveis em termos monetários e, por isso, acabam sendo subestimados e utilizados acima do seu limite de regeneração ou, em outras palavras, acima de sua resiliência. Estes são os casos, por exemplo, da biodiversidade que atualmente não apresenta valor de mercado (ainda que no futuro possa apresentar), dos serviços ambientais, como a regulação dos recursos hídricos e a regulação climática e da perda de conhecimento tradicional, somente para mencionar alguns. Tratam-se, em muitos casos, de valores de existência e de valores de futuro que são dificilmente quantificáveis e muitas vezes subjetivos.

Neste sentido, é crescente na comunidade internacional e nacional a defesa de argumentos sobre as muitas riquezas naturais da Amazônia que podem ser importantes para o equilíbrio futuro do planeta e que uma parte muito importante dela permanece desconhecida. Mais do que isso, é cada vez maior o número de cientistas que compartilha a opinião de que a degradação da Amazônia pode trazer consequências sérias para os ecossistemas local e global. Dadas as evidências dos efeitos locais já notados em áreas degradadas da região e o desconhecimento da biodiversidade e do funcionamento do ecossistema, a recomendação é que se aplique o *princípio de precaução*.

Neste debate, a atividade pecuária aparece como uma das protagonistas, dado que é muito intensiva no uso do território. Visto que 80% da área desmatada da Amazônia foi ocupada por pastagens, quer seja ela própria o motivo maior do desmatamento, quer se aproveite de áreas desmatadas para outros fins, a atividade pecuária assume, direta ou indiretamente, grande responsabilidade por parte da degradação vista na Amazônia até hoje.

As áreas de floresta convertidas para pastagens apresentam uma perda de biodiversidade e de serviços ambientais não quantificáveis, até mesmo desconhecidos. Além disso, devido ao processo digestivo de fermentação entérica, a atividade pecuária é reconhecida como uma importante fonte de emissão de gás metano, um potente gás de efeito estufa que contribui em 15% para o aquecimento global. Para se ter uma idéia da contribuição da pecuária ao efeito estufa, as emissões globais de metano geradas a partir dos processos entéricos somam aproximadamente 22% das emissões totais de metano geradas por fontes antrópicas, e cerca de 96% de todo o metano gerado por fontes de origem agrícola no país, advém da pecuária bovina de corte e leite⁴.

Se, por um lado, a pecuária aparece associada a esses efeitos negativos, por outro contribui para a geração de emprego e renda e para a estruturação do território⁵. Ainda que a atividade pecuária seja conhecida pela baixa geração de empregos, estudo do BNDES aponta a *agropecuária* e o *abate de animais* como a 3ª e a 9ª atividades, respectivamente, na geração de emprego em uma lista de mais de 40.

Essa dualidade representa o que está por trás do debate atual, no qual se busca entender todos os elementos e variáveis envolvidos e chegar-se a uma *solução de compromisso entre crescimento econômico e conservação ambiental*, envolvendo todos os entes institucionais participantes, que é, em última instância, o que se entende por desenvolvimento sustentável. Esta solução baseia-se no entendimento do que está em "jogo" e o que se ganha e o que se perde em qualquer uma das decisões tomadas. Ou seja, a solução se baseia nos entendimentos dos *trade-offs* ou em se *consensar quais os reais custos de oportunidade que uma ou outra solução irá representar, local, regional,*

⁴ Convênio 01.0052.00/2001 MCT/Embrapa/FAT/Governo do Estado de São Paulo-APTA. Disponível em: <http://www.cnpma.embrapa.br/clima/pecuaria/layout.php?redir=principal.php>

⁵ Ainda que a atividade pecuária seja conhecida pela baixa geração de empregos, estudo do BNDES (Najberg e Pereira, 2004) aponta a *agropecuária* e o *abate de animais* como as 3ª e 9ª atividades, respectivamente, no ranking de geração de empregos, em uma lista de mais de 40, incluindo empregos diretos, indiretos e os gerados pelo "efeito renda".

nacional e internacionalmente ou globalmente, sempre se valorizando o princípio da precaução.

Ilustrativo dessa busca de soluções sustentáveis é o que vem ocorrendo na cadeia da soja na região de Santarém. Após muitos conflitos entre produtores de soja, grandes empresas compradoras e ONGs ambientalistas⁶, em maio os produtores rurais de Santarém e Belterra, o Sindicato Rural de Santarém e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC) assinaram um termo de parceria da sociedade civil para a regularização ambiental e fundiária da produção agropecuária na região de Santarém, Belterra e municípios do entorno. Pelo termo, as áreas que estão preservadas devem continuar como estão e as degradadas devem ser recuperadas⁷.

Mais recentemente, no dia 24 de julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove – e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais – Anec – publicaram um comunicado no qual se comprometem a apoiar o setor público e as Organizações Não Governamentais na exigência do cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e se comprometendo a aplicar essas exigências sobre sua base de fornecedores.

A Organização Não Governamental Greenpeace, por outro lado, publicou uma lista de critérios mínimos para operações com soja ou outros produtos agropecuários em escala industrial no bioma amazônico⁸. A lista conta no total com 9 critérios, entre os quais mencionam-se o desmatamento zero – que se refere ao compromisso dos produtores em não desmatar mais a partir de 31 de dezembro de 2005 e do compromisso dos compradores em não comprar soja de áreas de desmatamento recente –, a recuperação de áreas degradadas, o pacto pela erradicação do trabalho escravo e a rastreabilidade e monitoramento.

À luz desses argumentos e nesse contexto, o presente estudo enfrenta um grande desafio, pois se impõe entender e separar os efeitos marginais da ampliação de um frigorífico já instalado, em uma região onde a pecuária já se encontra consolidada, na área de consolidação definida pelo Macrozoneamento Ecológico e Econômico do Estado, conforme se verá mais adiante, daqueles efeitos da atividade pecuária como um todo na Amazônia, em geral, e no Pará, em particular.

Tendo em vista esse desafio, o princípio da precaução foi adotado ao longo de todas as propostas, balizado pela concepção básica que a pecuária é um processo dado na Amazônia e nesta região do Pará especificamente, com dinâmica própria difícil de ser revertida, impondo-se assim tomar alguns partidos, como:

- Otimizar o capital investido, extraíndo-se o máximo de valor agregado de cada unidade monetária, tal como a estratégia praticada pelo Grupo Bertin em seus inúmeros empreendimentos espalhados pelo país,
- Valorizar ao longo do estudo, a solução para os conflitos atuais e para os debates que vêm ocorrendo, e para o futuro da pecuária na Amazônia, baseada na compreensão dos valores existentes e nos possíveis *trade-offs* e tentar traduzi-los em oportunidades para a região, rumo à alguma forma de sustentabilidade.

Neste sentido, o estudo procura antever os impactos individuais provocados pelo Frigorífico Bertin, bem como aqueles que indiretamente poderá exercer sobre a cadeia pecuária associada e apresentar medidas consistentes de comando e controle, balizadas pelo princípio da precaução, tendo em vista minimizar os impactos negativos (mitigação,

⁶ Ver <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=584>

⁷ O Estado do Tapajós (<http://www.oestadodotapajos.com.br/>), 13 a 15 de maio de 2006.

⁸ Disponível em <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/criterios.pdf>.



compensação, monitoramento) e maximizar os positivos (potencialização/desenvolvimento) de forma a alcançar o melhor *custo de oportunidade* possível.

Mais que isso, entende-se que essas medidas representam oportunidades a serem acordadas e consensadas com o conjunto da sociedade, pelos entes institucionais que fazem parte da governança, quer no sentido setorial da pecuária, quer no sentido regional do Pará, envolvendo entes governamentais e não governamentais.